

AÇÕES DE EXTENSÃO E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO TERRITÓRIO DO GRANDE BOM JARDIM, EM FORTALEZA

UNIVERSITY EXTENSION INITIATIVES AND THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS: AN ANALYSIS OF THE GRANDE BOM JARDIM TERRITORY IN FORTALEZA

Submissão:
11/05/2026
Aceite:
22/07/2026

Eduardo Gomes Machado ¹  <https://orcid.org/0000-0002-9321-6745>

Maria Anezilany Gomes do Nascimento ²  <https://orcid.org/0000-0002-8840-3474>

Adriano Paulino de Almeida ³  <https://orcid.org/0000-0002-8431-727X>

Resumo

Este artigo analisa de que forma a extensão universitária gera confluências e alinha-se positivamente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, dialogando com as diretrizes nacionais da extensão no país. O estudo tem origem no projeto de extensão “Diálogos Urbanos”, efetivado em onze edições, desenvolvido pelo Grupo de Extensão e Pesquisa Diálogos no território do Grande Bom Jardim, em Fortaleza. Para tanto, examina-se a atuação realizada entre 2015 e 2026, cujo *corpus* documental abrange onze projetos de extensão e 21 eventos, articulados a oito projetos de pesquisa e a disciplinas de graduação e de pós-graduação. Os resultados indicam que as ações foram efetivadas em estreita parceria com agentes populares-comunitários locais, evidenciando uma práxis participativa referenciada na educação popular, na cartografia social e na pesquisa-ação. Os dados empíricos revelam vetores teórico-práticos que confirmam o alinhamento das ações a objetivos e metas específicas da Agenda 2030, validando a extensão de longa duração como um dispositivo político-pedagógico crucial para a transformação social e para a indissociabilidade com o ensino e a pesquisa.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Grande Bom Jardim.

¹ Professor na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, Ceará-Br eduardomachado@unilab.edu.br

² Professora na Universidade Estadual do Ceará - UECE iana.nascimento@uece.br

³ Mestrado em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará - UECE adrianoalmeidadh@gmail.com

Abstract

This article analyzes how university extension promotes convergence with and aligns positively with the Sustainable Development Goals (SDGs) of the 2030 Agenda, while engaging with the national guidelines in Brazil. The study stems from the university extension project “Diálogos Urbanos”, carried out in eleven editions and developed by the Diálogos Extension and Research Group in the territory of Grande Bom Jardim, in Fortaleza. To this end, it examines the work conducted between 2015 and 2026, whose documentary *corpus* encompasses eleven extension projects and 21 events, integrated with eight research projects and undergraduate and graduate courses. The results indicate that the extension initiatives were implemented in close partnership with local community-based actors ou community, highlighting a participatory praxis rooted in popular education, social cartography, and action research. The empirical data reveal theoretical and practical evidence that confirm the alignment of these actions with specific objectives and goals of the 2030 Agenda, validating long-term extension as a crucial pedagogical and political instrument for social transformation and for its inseparability from teaching and research.

Keywords: Social movements. Sustainable Development Goals. Grande Bom Jardim.

Introdução

Nos últimos anos, o debate sobre o impacto social das ações acadêmicas ganhou relevância e mobilizou reflexões teóricas, práticas, institucionais e políticas na graduação e na pós-graduação. Em um contexto em que ativismos de extrema direita assumem vieses negacionistas e atacam a ciência, a Universidade, a educação, os professores e a democracia, o debate sobre o impacto social caminha paralelamente à reflexão sobre as características e o lugar da extensão nesse processo, bem como sobre a função social das Instituições Públicas de Educação Superior (IPES) no Brasil contemporâneo.

Nesse contexto, a necessidade de conectar a produção científica às demandas da comunidade exige parâmetros objetivos para definir e avaliar o que constitui, de fato, o impacto social e as alternativas ao desenvolvimento. Assim, as políticas educacionais brasileiras passam a alinhar suas diretrizes a agendas globais de sustentabilidade, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da agenda 2030, que podem ser compreendidos como balizas relevantes à atuação acadêmica. Ao mesmo tempo, os ODS também influenciam os agentes da sociedade civil, em seu esforço para constituir sustentabilidade institucional na interlocução com o Estado brasileiro e com agentes internacionais.

Nesse contexto, o foco deste artigo é discutir se e de que forma a extensão acadêmica pode gerar confluências e se alinhar aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que compõem a Agenda 2030. Para tanto, o estudo examina a atuação desenvolvida entre 2015 e os primeiros meses de 2026 pelo Grupo de Extensão e Pesquisa Diálogos. O escopo da análise envolve onze projetos de extensão, oito de pesquisa e 20 eventos, além de outras ações realizadas por meio de articulações e parcerias com agentes acadêmicos e popular-comunitários no território do Grande Bom Jardim (GBJ).

A extensão universitária no contexto das políticas educacionais brasileiras

A exigência de destinar, no mínimo, 10% da carga horária dos cursos de graduação para a extensão universitária, medida que emergiu inicialmente através da Meta 12, Estratégia 12.7, do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), foi um ponto decisivo de mudança na extensão no Brasil. Buscava-se, com isso, materializar o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A consolidação dessa exigência ocorreu com a publicação da Resolução CNE/CES nº 7/2018, emitida pelo Conselho Nacional de Educação, que transformou uma meta temporal de planejamento do PNE em uma diretriz curricular obrigatória, autônoma e perene para a regulação e avaliação de todas as Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil.

Também cabe destacar a consolidação da extensão como dimensão estratégica na pós-graduação *stricto sensu*, deixando de ser uma atividade periférica para se tornar um critério central de excelência acadêmica. Essas mudanças evidenciam-se pelas transformações promovidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que reestruturou suas fichas de avaliação para valorizar o impacto social, econômico, cultural e tecnológico dos Programas de Pós-Graduação (PPGs). O ponto de virada normativo ocorreu por meio da Portaria nº 109/2025 e do Documento Referencial para o ciclo avaliativo de 2025 a 2028. Nesses documentos, a agência formalizou uma abordagem multidimensional da pós-graduação, ampliando significativamente o peso do quesito “Impacto na Sociedade”.

Com isso, a inserção da extensão na pós-graduação passou de uma recomendação reflexiva para um indicador prático e avaliável. A partir de então, a produção científica deve demonstrar aplicabilidade real e transferência de conhecimento para a sociedade, incidindo diretamente nas notas atribuídas aos programas. Na prática avaliativa institucionalizada, o processo quadrienal passou a exigir que os programas não apenas expressem alta produtividade intelectual endógena, mas comprovem como seus resultados e saberes específicos atuam de forma transformadora no desenvolvimento regional e nacional. Essa reformulação altera de modo profundo a função social das IPES, pois exige que a pesquisa avançada dialogue ativamente com a comunidade externa.

O Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2025-2029 indica que os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 apresentam várias convergências com as diretrizes da pós-graduação, destacando-se: ODS 1 (Erradicação da Pobreza), ODS 2 (Fome Zero), ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), ODS 4 (Educação de Qualidade), ODS 5 (Igualdade de Gênero), ODS 10 (Redução das Desigualdades) e ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) (PNPG, 2025, p. 103-104).

A nova métrica de “Impacto na Sociedade” exigida na pós-graduação estimula que a pesquisa se articule à extensão, fortalecendo parcerias entre agentes acadêmicos e não acadêmicos, promovendo o enfrentamento dos graves problemas vivenciados pela coletividade, na busca da equidade, da justiça social e da eficiência das políticas públicas. Nessa perspectiva, a extensão vincula-se diretamente à interação entre a academia e a sociedade, viabilizando a resolução de problemas sociais, o desenvolvimento de projetos colaborativos e a disseminação do conhecimento científico (Brasil, 2025, p. 285). Ao deixar de ser uma atividade secundária e passar a integrar obrigatoriamente os critérios de avaliação da CAPES, a extensão universitária posiciona as IPES como agentes centrais na resolução de problemas complexos da sociedade.

Também cabe destacar o documento referencial “Extensão em Participação Social”, aprovado pela Portaria Interministerial SG/PR – MEC nº 192/2025, fortalecendo o estatuto da extensão ao articulá-la organicamente aos processos de formulação, implementação e controle social de políticas pú-

blicas em âmbito territorial, tornando legítima e estimulando a atuação das universidades nas franjas sociais, em cooperação ativa com movimentos populares e instâncias comunitárias locais.

Nesse processo histórico, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) desempenhou um papel central. Desde a sua fundação, em 1987, o fórum liderou os debates acadêmicos e políticos que redefiniram o conceito de extensão no país, criticando e gerando alternativas à antiga visão assistencialista ou meramente verticalizada. Com isso, consolidou-a como um processo educativo, cultural e científico baseado na interação dialógica e na formação cidadã do estudante.

Os ODS e o território como referência da ação extensionista: uma análise das Ações de Extensão no Grande Bom Jardim

A seguir, a Figura 1 destaca os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Figura 1 – ODS da Agenda 2030



Fonte: Nações Unidas Brasil (2015).

Os 17 ODS (Nações Unidas Brasil, 2015) e as 169 metas vinculadas foram aprovados por consenso pelos líderes dos 193 Estados-membros das Nações Unidas em 25 de setembro de 2015, durante a cúpula da Organização das Nações Unidas (ONU), que adotou a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Também cabe destacar que, em discurso proferido pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da 78ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, em 19 de setembro de 2023, afirmou-se: “Queremos alcançar a igualdade racial na sociedade brasileira por meio de um décimo oitavo objetivo que adotaremos voluntariamente” (Brasil, 2023).

Esse compromisso foi assumido pelo país como o ODS 18: “Promover a igualdade racial a partir do enfrentamento a todos os tipos de racismo” (Cabral; Gehre, 2024, p. 137).

Considerando essas questões, as referências da extensão – sintetizadas nas diretrizes da Política Nacional de Extensão – e os ODS são entendidos como enquadramentos conceituais e interpretativos que potencialmente fundamentam a atuação dos agentes acadêmicos e da sociedade civil e política, impelindo e orientando as ações institucionais no Brasil contemporâneo. Essa compreensão guarda estreita consonância com a teoria do enquadramento (*framing*), dialogando com a perspectiva clássica de Goffman (2012), ao conceber essas referências como componentes interpretativos que organizam a experiência social e permitem a atribuição de sentidos a dinâmicas e processos vivenciados. Evita-se, assim, uma redução da Agenda 2030 a diretrizes formais, metas abstratas ou métricas burocráticas exógenas.

Procedimentos metodológicos, corpus analítico e aspectos éticos

A análise aqui desenvolvida possui caráter sintético-analítico e fundamenta-se no exame de dados primários e secundários produzidos e acumulados ao longo da trajetória de atuação do Grupo de Extensão e Pesquisa Diálogos no território do Grande Bom Jardim. Considerando a inserção direta de coautores na execução histórica das ações, o percurso metodológico envolveu observação participante, com análise de processos e situações presenciais e virtuais, bem como acompanhamento de perfis, interações em redes sociais e grupos virtuais. O *corpus* analítico abrangeu ainda o estudo de relatórios institucionais e o tratamento de dados gerados por cartografia social, entrevistas, questionários e visitas técnicas realizadas no âmbito das atividades extensionistas.

A produção, a sistematização e a utilização das informações observaram os princípios éticos de respeito à autonomia dos sujeitos e coletivos envolvidos, à valorização dos conhecimentos produzidos em contextos comunitários e à utilização responsável dos dados gerados ao longo das ações extensionistas. Considerando o caráter participativo das atividades desenvolvidas, foram preservadas a integridade dos participantes e a confidencialidade das informações sempre que necessário, em consonância com os princípios ético-políticos que orientam a extensão universitária, a educação popular e a pesquisa-ação.

A sistematização desse conjunto de experiências busca subsidiar a compreensão das relações estabelecidas entre extensão, sociedade e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, tomando como referência uma experiência territorial de longa duração. Nesse sentido, a análise procura evidenciar elementos teórico-empíricos que contribuam para o debate acerca do caráter, do lugar, das diretrizes e da relevância contemporânea da extensão universitária no Brasil.

Caracterização Socioterritorial do Grande Bom Jardim e o Grupo Diálogos

Instituído em 2015 e inicialmente denominado “Diálogos Urbanos”, o Grupo de Extensão e Pesquisa Diálogos atua de forma sistemática no território do Grande Bom Jardim (GBJ) desde a sua criação.¹

O GBJ é um território periférico no oeste e sudoeste de Fortaleza, formado por cinco bairros – Bom Jardim, Canindezinho, Granja Lisboa, Granja Portugal e Siqueira – e dezenas de comunidades, onde residem 216 mil pessoas (IBGE, 2023; Machado; Pereira, 2020). Trata-se de uma área que se urbaniza através de ocupações de povos e comunidades sertanejas, serranas, indígenas, católicas popu-

¹Vide: <https://www.instagram.com/grupo.dialogosurbanos/>; https://www.youtube.com/channel/UCuiR6fw_e-SG-M0pNYSzsNCg.

lares progressistas, afrodescendentes e de povos de terreiro, inclusas milhares de famílias removidas das áreas centrais da cidade de Fortaleza. No GBJ, reside uma parcela importante das classes trabalhadoras que atuam nas principais centralidades intraurbanas de Fortaleza e também em municípios fronteiriços.

Trata-se de uma área marcada por extrema vulnerabilidade social e precariedade urbana, com múltiplas violências e violações de direitos. Os bairros do GBJ situam-se entre os dez com menor renda *per capita* da cidade, detendo precariedade em infraestruturas, serviços urbanos e políticas públicas (Machado, 2017). Considerando os dados do Censo de 2010 (IBGE, 2012), esses bairros também se situam entre os que detêm os piores Índices de Desenvolvimento Humano por Bairro, entre os 117 bairros da cidade: Canindezinho, 115º; Siqueira, 113º; Granja Lisboa, 110º; Granja Portugal, 103º; Bom Jardim, 102º.

Ao mesmo tempo, o GBJ é composto por uma sociedade civil politicamente ativa na luta pela democracia e por direitos fundamentais. Machado e Pereira (2020) evidenciam como a constituição do movimento popular-comunitário do GBJ articula pelo menos quatro gerações e seis ciclos, cada um dos quais agregando vetores teórico-práticos que revelam a densidade, intensidade, complexidade e relevância societal, ético-política, estética e epistêmica desse movimento social.

Confluências e alinhamentos entre as ações de Extensão, as lutas sociais e os ODS

Os Quadros 1 e 2 destacam dez projetos de extensão, oito projetos de pesquisa e 21 eventos – dentre audiências públicas, mesas-redondas, palestras, rodas de conversa e seminários –, realizados pelo Grupo Diálogos e parceiros.

Quadro 1 – *Projetos de extensão e pesquisa, por ano e total*

Ano	Extensão	Pesquisa
2015	Direito à cidade, espaços e esferas públicas urbanas no Maciço de Baturité, Ceará	–
2016		
2017	Direito à cidade, educação e mobilização social no Maciço de Baturité, Ceará	Perfil da Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim (Rede DLIS do GBJ)
2018	Direito à cidade, democracia e tecnologias sociais e políticas inovadoras	
2019	Direito à cidade e assessoria acadêmica	Quem é Esse?
2020	Direito à cidade e fazer a cidade	Inventariando memórias de lideranças populares em periferias urbanas: uma experiência participativa no GBJ (PROPPG 01/2019 BICT/FUNCAP)
2021	Justiça socioespacial, direito à cidade e democracia	Mapa Participativo de Enfrentamento à covid-19 do GBJ
2022	Juventudes e educação	Mapa Participativo de Enfrentamento à Fome do GBJ
		Memorial de Pai Neto Tranca Rua – Notório Saber
2023	Direito à cidade e justiça social	Cozinhas comunitárias como tecnologias sociais: uma análise a partir do GBJ, Fortaleza, Ceará (PROPPG 02/2023 – PIBITI/CNPq)
	Fortalecimento da Rede de Cozinhas Comunitárias do GBJ	
2024	Democracia e movimentos sociais	

2025	Movimentos sociais, povos e comunidades tradicionais	Mapeamento Participativo de Terreiros da Regional V na cidade de Fortaleza, Ceará
Total	11	08

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quadro 2 – Eventos realizados, com envolvimento de agentes do GBJ, entre 2015 e 2025, por eixos temáticos

Direito à cidade	Culturas populares e tradicionais e patrimônio	Justiça social e direitos humanos	Universidade e educação
Movimentos sociais e educação no Sul Global Fórum Observatório das Metrôpoles nas eleições: que cidade queremos?	Patrimônio e desenvolvimento urbano: a função social dos museus Epistemologias de terreiros (cinco edições) Batuque de Omôrisà: memórias e ancestralidades CEU Reis Tupinambá A inclusão dos saberes tradicionais na universidade e a política do notório saber na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) Audiência pública: reconhecimento e certificação do notório saber de mestres(as) populares da cultura na Unilab	Ocupações nas Escolas, Educação e Direitos Desafios, lutas e direitos das mulheres: experiências de jovens lideranças brasileiras e africanas Mulheres, movimentos sociais e universidade em tempos de pandemia Enfrentando a pandemia e lutando por justiça social no GBJ Organização popular, vacinação popular e defesa do SUS Saúde global, licenciamento compulsório de patentes e ativismos sociais em tempos de pandemia Lançamento do relatório <i>A pandemia da covid-19 no Grande Bom Jardim: diálogo entre o mapa comunitário de pontos de aglomeração e de casos e os mapas da vigilância epidemiológica municipal de Fortaleza</i> AGB em diálogos: Cartografia popular da covid-19 em território vulnerável Cozinhas comunitárias como tecnologias sociais: uma análise a partir do GBJ Fome e protagonismo negro e periférico na atualidade: o caso de cozinhas comunitárias do GBJ, Fortaleza, Ceará, Brasil	Universidade, Educação e Intervenção Social: Experiências e Desafios Movimento popular-comunitário e universidade enfrentando à covid-19 e à fome no GBJ UNILAB e a Rede de Cozinhas Comunitárias do GBJ: construindo lutas, saberes e sabores

Fonte: Elaborado pelos autores.

A sistematização dos dados evidenciou um conjunto de disciplinas ministradas na graduação e na pós-graduação, com destaque para: Cidades e Movimentos Sociais; Movimentos Sociais e Educação; Tópicos em Sociologia Urbana; Cidades, Redes e Dinâmica Urbana Contemporânea; Experiência, Prática e Significado; Estrutura e Relação Social; Oficina de Metodologia; e Território e Poder.

Também foram identificados dois cursos de extensão. O primeiro, “Defensores Populares de Direitos Humanos”, foi realizado em 2021 como uma demanda de agentes da sociedade civil direcionada à universidade e a outros parceiros, a partir da Escola Popular de Educação em Direitos Humanos (EPEDH, 2021), vinculada ao Centro de Defesa da Vida Herbert de Sousa (CDVHS). O segundo, intitulado “Racismo estrutural e democracia: a busca pela superação do racismo na escola” (EPEDH, 2023), ocorreu em 2023, sendo concebido e executado pela EPEDH e pelo CDVHS em parceria com o Grupo Diálogos e com o Instituto Negra do Ceará (INEGRA) (Narita, 2023; Silva *et al.*, 2025).

Identificaram-se também duas exposições e uma websérie audiovisual. A primeira mostra intitulou-se “Universidade e sociedade na luta por direitos através da extensão e da pesquisa: experiências do Grupo Diálogos Urbanos”. Já a segunda iniciativa integrou a websérie audiovisual e a exposição “Saberes, Sabores e Afetos: cozinhas comunitárias como tecnologias sociais” (Narita, 2025).

Por fim, a produção intelectual decorrente das ações somou nove artigos publicados em periódicos científicos, nove capítulos de livros, dois cadernos de dados e análises com ISBN, cinco relatórios de extensão e pesquisa, um memorial, um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de graduação e uma tese de doutorado em andamento. Toda essa produção acadêmica encontra-se diretamente articulada às práticas extensionistas, ao território do Grande Bom Jardim e aos parceiros locais.

Também cabe destacar que dezessete discentes foram bolsistas de extensão e 08 foram bolsistas de pesquisa.

Essas ações, desenvolvidas entre 2015 e 2026, tiveram como foco o GBJ e contaram com a participação ativa de agentes desse território (Machado *et al.*, 2021a, 2021b). Em todos os processos participativos, houve interlocução direta com os agentes locais e pactuação ético-interinstitucional, com a construção e consolidação conjunta de objetivos, atividades, cronogramas, objetivos e resultados esperados.

A análise evidencia a centralidade da extensão na definição do escopo teórico-empírico de atuação acadêmica, nas relações com os agentes locais e na geração de entrelaçamentos entre iniciativas que adquirem múltiplas formas. Nesse sentido, os projetos de extensão articulam-se potencialmente a eventos, cursos, exposições, pesquisas e disciplinas na graduação e na pós-graduação, retroalimentando a produção científica. Essa articulação orgânica afetou diretamente os conteúdos curriculares, as metodologias e as referências teóricas mobilizadas nas dinâmicas didático-pedagógicas. Como impacto prático, permitiu-se que discentes visitassem o território em diferentes momentos, dialogando com os agentes popular-comunitários locais tanto no Grande Bom Jardim quanto no espaço universitário. Além disso, o processo propiciou que os estudantes apreendessem teorias e metodologias vivenciando situações sociais concretas, refletindo sobre o papel das instituições no enfrentamento às múltiplas dimensões da questão social e ampliando significativamente o seu horizonte formativo.

Diante dessa indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o ecossistema de ações do grupo – composto por 19 projetos, além de cursos, oficinas, exposições e websérie – gerou sinergias que expressam e efetivam as diretrizes nacionais da extensão e fortalecem alinhamentos com a Agenda 2030. Os títulos e os escopos das ações indicam um alinhamento nítido com um conjunto delimitado de ODS, destacando-se: 1 (Erradicação da Pobreza), 2 (Fome Zero), 3 (Saúde e Bem-Estar), 4 (Educação de Qualidade), 5 (Igualdade de Gênero), 10 (Redução das Desigualdades) e 18 (Igualdade Étnico-Racial).

Longe de se reduzir a uma adesão formal a essas métricas, a análise desse inventário revela como o Grupo Diálogos e os agentes popular-comunitários coconstruíram enquadramentos (*framing*)

gs) interpretativos para traduzir as vulnerabilidades do GBJ em causas coletivas legítimas e em formas associativas e modos de atuação. Configuram-se, assim, molduras conceituais, educacionais e de atuação que se distinguem entre si, mas também se entrelaçam e confluem, estruturando-se ao longo de diferentes temporalidades e contextos e conformando três ciclos de imersão extensionista.

O primeiro desses ciclos ganha nitidez entre 2015 e 2019, caracterizado pela forte mobilização em torno de eixos como o “Direito à Cidade” e os “Movimentos Sociais”. Posteriormente, diante da crise sanitária global – momento em que o território enfrentou situações críticas agudas de violação de direitos fundamentais –, o foco deslocou-se para ações de enfrentamento à Covid-19 e à fome, evidenciando outro ciclo. Nesse contexto desafiador iniciado em 2020, as referências da extensão e os ODS transcendem ainda mais o caráter de metas burocráticas abstratas, fortalecendo-se enquanto mediações experienciais, assumindo, assim, o caráter de gramáticas vitais de coordenação mútua na confluência de agentes acadêmicos e populares, fundamentando redes de solidariedade ativa que interpelaram a ausência do Estado e pautaram politicamente o direito à saúde e à vida e a segurança alimentar na periferia.

Por fim, outro ciclo evidencia a institucionalização de processos formativos voltados à emancipação e ao combate às opressões estruturais, alinhando-se diretamente às discussões mais recentes sobre os direitos humanos e a equidade étnico-racial. A execução de cursos de extensão em parceria com movimentos locais e instituições de defesa de direitos, como “Defensores Populares de Direitos Humanos” e “Racismo estrutural e democracia: a busca pela superação do racismo na escola”, exemplifica como a universidade e o território compartilham referências, intencionalidades e saberes para fortalecer debates e atuações no espaço público, sensibilizando e engajando a comunidade. Essa produção intelectual e cultural, expandida em iniciativas audiovisuais como a websérie e exposição “Saberes, Sabores e Afetos”, valida a extensão universitária como relevante à reconstituição de gramáticas públicas de problematização e justificação. E traz indícios de uma práxis que tensiona a produtividade endógena da academia e reposiciona a universidade – em confluência com outros agentes – na vanguarda do enfrentamento à questão social, na geração de alternativas ao desenvolvimento, na busca da justiça social e no fortalecimento de aspectos processuais e substantivos da democracia.

As ações de extensão e os ODS no Grande Bom Jardim

A atuação do Grupo Diálogos converteu a extensão universitária em uma assessoria acadêmica contínua ao movimento popular-comunitário local, estabelecendo confluências práticas com as referências da extensão e com a Agenda 2030. Desde 2015, essa assessoria – articulada diretamente aos 19 projetos de extensão e pesquisa mapeados – envolve o acompanhamento sistemático de processos sociopolíticos e territoriais, com destaque para o suporte à Rede DLIS do GBJ, à Rede de Cozinhas Comunitárias e ao Ponto de Memória. A participação do grupo ocorre cotidianamente nas instâncias dessas experiências associativas, com assento em suas comissões gestoras e presença ativa nos planejamentos anuais e reuniões mensais. A atuação efetiva-se através de metodologias democrático-participativas, nas quais os agentes acadêmicos não assumem funções de liderança, respeitando a autonomia decisória dos agentes popular-comunitários.

A extensão, associada à pesquisa e ao ensino, gerou espaços duradouros de confluência entre agentes e saberes acadêmicos e popular-comunitários, respeitando, valorizando e criando as condições para diálogos horizontais. Desse modo, conformou-se uma extensão de longa duração, pautada

pela sequencialidade e cumulatividade – traço que se torna ainda mais evidente pelo fato de que dois dos coautores deste trabalho mantém contato com o território e seus agentes desde pelo menos 2004. Essa trajetória compartilhada garantiu que as ações de extensão não fossem gestadas de forma externa ou impositiva. Ao contrário, emergem, reconstituem-se e atualizam-se – em suas metodologias, objetivos e metas – através da participação direta dos agentes locais.

Mais do que isso, com esse caráter a atuação extensionista apoiou processos coletivos de reflexão, autoavaliação e construção de conhecimentos, subsidiando tomadas de decisão e a interlocução com outras esferas da sociedade civil e política, fortalecendo a geração de demandas e propostas fundamentadas e o monitoramento de gestores, órgãos e políticas públicas e afetando positivamente a reinstituição continuada de experiências associativas e de vínculos sociais, referências identitárias e matrizes societárias – o que remete ao trabalho de fazer e refazer a sociedade.

Entre 2017 e 2018, concebeu-se e executou-se uma pesquisa-ação envolvendo o Grupo Diálogos e a Rede DLIS do GBJ. Historicamente, a Rede DLIS do Grande Bom Jardim foi constituída em 2003 a partir de um processo de diagnóstico socioespacial, mobilização e participação popular, na confluência de agentes acadêmicos e popular-comunitários, envolvendo, “dinâmicas dialógicas de trocas de experiências e conhecimentos e de constituição de vínculos, compromissos mútuos e horizontes de sentido partilhados, valorizando a diversidade, e, ao mesmo tempo, a unidade de atuação” (Machado, 2021, p. 10). O objetivo centrou-se em compreender o perfil dessa articulação sociopolítica e a situação à época das entidades que a compunham, mapeando suas características, fortalezas, fragilidades e desafios para subsidiar processos de planejamento, monitoramento e avaliação interinstitucional (Machado; Faustino, 2018).

Como resultado, avaliou-se que a estruturação e as experiências cotidianas da Rede constituíam formas organizativas complexas que continuamente reconstituíam vínculos sociais, matrizes de sociabilidade e solidariedades mútuas, enfrentando subalternizações e opressões e promovendo a luta por direitos. Considerando essas questões, a análise dessa experiência permite evidenciar outro aspecto relevante à atuação extensionista do Grupo Diálogos, como assessoria acadêmica ao movimento popular-comunitário, expressando um viés mais diretamente sociológico, considerando que

a Rede vivencia um processo continuado de reconstituição das identidades individuais, coletivas e institucionais dos agentes que a compõem, com essas identidades se entrelaçando através de uma dinâmica educacional intensa, densa e complexa. Uma dinâmica que, atravessada pela educação popular e por outras referências participativas e democráticas, se torna capaz de promover a autorreflexão, a avaliação e o planejamento que fundamentam e possibilitam sua atuação, de modo sequencial e cumulativo (Machado, 2021, p. 10).

Nessa perspectiva, os agentes acadêmicos coconstroem identidades, vínculos sociais e matrizes de sociabilidade, conformando agencialidades e dinâmicas de coletivização de ações voltadas ao enfrentamento de momentos críticos e situações problemáticas.

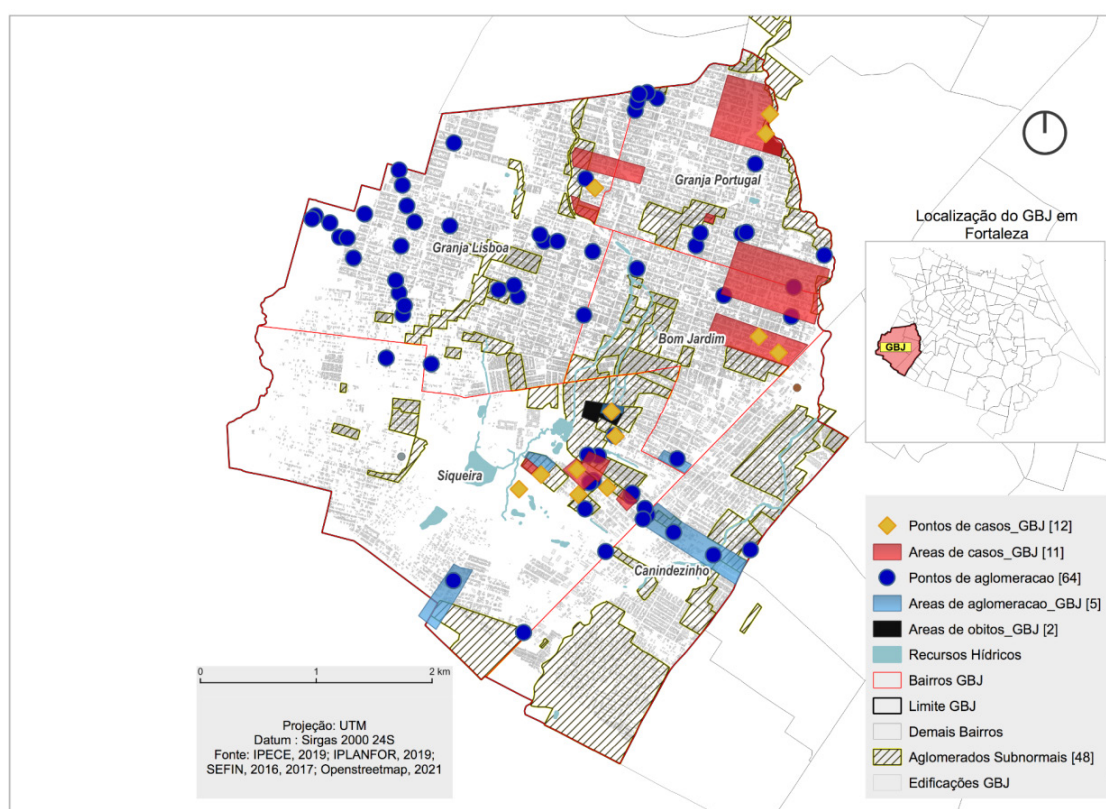
Dois anos após a pesquisa-ação referida, a eclosão da crise sanitária global em 2020 posicionou o GBJ como um dos territórios mais penalizados pela pandemia da Covid-19 em escala metropolitana (Carlos *et al.*, 2020a, 2020b; Machado *et al.*, 2021a, 2021b). Dados consolidados da Secretaria Municipal de Saúde e da plataforma estadual IntegraSUS revelam que, até 16 de agosto de 2022, o volume acumulado de óbitos no território alcançou o contingente de 821 mortes (Ceará, 2026; Fortaleza, 2026). Esse índice absoluto superou a mortalidade registrada em municípios cearenses de grande porte, como Juazeiro do Norte (753) e Sobral (776), aproximando-se substancialmente dos indicadores do polo industrial de Maracanaú (858).

Nesse contexto adverso, os agentes popular-comunitários locais, com forte atuação da Rede DLIS do GBJ e em estreita aliança com agentes acadêmicos, articularam uma resposta histórica de enfrentamento à crise, englobando campanhas de solidariedade, a estruturação de cozinhas comunitárias e a instituição do Comitê Popular de Enfrentamento à Covid-19 do GBJ (Almeida *et al.*, 2021; Carlos *et al.*, 2020a, 2020b; Machado *et al.*, 2021b).

Sob o impacto da segunda onda de disseminação do vírus em Fortaleza, a partir de março de 2021, essa articulação consolidou-se como uma arena pública de alta densidade. O Comitê passou a realizar reuniões virtuais semanais com a participação de dezenas de lideranças comunitárias, agentes comunitários de saúde, professores, ativistas de movimentos sociais, coletivos de juventude e grupos religiosos. A relevância desse espaço tensionou e atraiu também gestores da atenção básica, técnicos da vigilância epidemiológica, legisladores e autoridades de primeiro escalão, como o Secretário Estadual de Saúde do Ceará e secretários municipais (Observatório das Metrópoles, 2021).

Em paralelo à incidência política direta, a aliança entre a universidade e o Comitê Popular viabilizou o desenvolvimento de oficinas de cartografia social. Esse esforço investigativo produziu um diagnóstico detalhado da manifestação da pandemia em cada um dos cinco bairros, cujos dados foram sistematizados em um relatório técnico (Machado *et al.*, 2021a). O resultado mais expressivo desse processo foi a elaboração do Mapa Participativo apresentado na Figura 2. Por meio dessa práxis, agentes popular-comunitários e acadêmicos construíram coletivamente dados científicos inéditos na escala geográfica da rua e da quadra, preenchendo lacunas de informação que as diferentes instâncias federativas do Estado brasileiro negligenciavam.

Figura 2 – Mapa com pontos e áreas de aglomeração e casos mapeados nas oficinas para os cinco bairros do GBJ sobrepostos aos aglomerados subnormais



Fonte: Elaborada pelos autores.

A análise evidencia que as ações articulam enfrentamento emergencial e imediato a situações problemáticas à luta por políticas públicas democráticas, territorializadas e permanentes. A atuação do Comitê Popular ultrapassou o caráter meramente assistencial ao converter ações humanitárias e de vigilância popular em saúde coletiva em instrumentos de construção de conhecimentos, geração de demandas e proposições e pressão sobre o Estado, monitorando ativamente as pactuações efetuadas junto ao poder público.

Os objetivos do Comitê Popular evidenciam o alargamento do escopo de atuação para além do imediato e do emergencial: promover a vigilância popular em saúde coletiva; coordenar e integrar ações de cobrança ao poder público; reunir, produzir e disseminar informações à população local; captar apoio e parcerias e realizar ações de apoio humanitário e solidário às famílias e comunidades mais vulneráveis; produzir dados científicos, gerando e apresentando demandas, recomendações e proposições para enfrentamento à pandemia à Prefeitura e ao Governo do Estado, em várias instâncias, efetuando monitoramento das pactuações efetivadas.

Considerando essas questões, emerge a hipótese sintético-analítica de que esse arranjo organizativo conforma um protagonismo popular-comunitário marcado pela confluência entre o democrático-participativo e o insurgente. Sob esse viés, o Comitê atuou conjuntamente com o Estado sem abdicar de sua autonomia e de sua criticidade, estruturando-se a partir de cinco eixos prioritários: (1) o tensionamento das desigualdades socioespaciais urbanas por meio do reconhecimento da vulnerabilidade sanitária territorial periférica; (2) a cogestão de decisões por meio de fóruns sistemáticos entre sociedade civil e agentes e órgãos públicos; (3) a defesa de uma política emergencial territorialmente contextualizada; (4) a convergência intersetorial de ações voltadas à saúde, assistência, educação e urbanismo com projeção pós-pandemia; e (5) o desenho de protocolos de gestão compartilhada para a implantação de equipamentos públicos e infraestruturas nas periferias.

Esse caráter insurgente foi essencial na interpelação dos agentes públicos para a efetivação do Plano Nacional de Imunização (PNI), exigindo a descentralização de vacinas para as Unidades Básicas de Saúde (UBS). Em junho de 2021, a Frente Cearense em Defesa do SUS e a Rede DLIS do GBJ articularam uma carta aberta ao Secretário de Saúde do Estado. O documento foi subscrito por três ex-secretários de saúde de Fortaleza, quatro ex-secretários de saúde do Ceará e endossado por 25 movimentos sociais, coletivos e sindicatos. O objetivo central era a anulação do Edital nº 05/2021, que abria precedentes para a vacinação contra a Covid-19 na rede privada de farmácias. Ao salvaguardar o princípio da integralidade e o papel da Estratégia Saúde da Família, a carta ratificou a necessidade de implementar a epidemiologia crítica no planejamento logístico, priorizando os territórios de vida das populações vulnerabilizadas. Constata-se, portanto, um alinhamento direto e pragmático dessas ações ao ODS 3 (Saúde e Bem-Estar).

Em 2022, a ação do Mapa Participativo de Enfrentamento à Fome do GBJ, realizada a partir de iniciativa do Centro de Defesa da Vida Herbert de Sousa (CDVHS), evidenciou que 19 cozinhas comunitárias atendiam aproximadamente 5 mil famílias e 13 mil pessoas, distribuídas em 62 áreas e comunidades vulneráveis no território (Machado *et al.*, 2022a, 2024). Atuando junto a um público majoritariamente composto de mulheres, crianças, idosos, egressos do sistema penal e do sistema socioeducativo, pessoas em situação de rua e a população LGBTQIA+.

Ao mesmo tempo, a análise revela que para além da produção e distribuição de refeições, cada instituição que abriga uma cozinha comunitária desenvolve e integra um ecossistema de ações sociais, educacionais, terapêuticas, esportivas e culturais. Essa atuação multidimensional estabelece

pontos de contato diretos com os ODS 1 (Erradicação da Pobreza), 2 (Fome Zero), 3 (Saúde e Bem-Estar), 4 (Educação de Qualidade), 5 (Igualdade de Gênero), 10 (Redução das Desigualdades) e 18 (Igualdade Étnico-Racial).

A sistematização e o diagnóstico geográfico do Mapa Participativo subsidiaram de forma decisiva a incidência política da Rede de Cozinhas Comunitárias, impulsionando o acesso a emendas parlamentares e a formulação de marcos legais para o enfrentamento à fome e pobreza. Esse esforço conjunto permitiu interlocução que afetou positivamente a concepção e implantação do Programa Ceará Sem Fome, especificamente, na criação da Rede Estadual de Unidades Sociais Produtoras de Refeições, instituída pela Lei Estadual nº 18.312, de 17 de fevereiro de 2023 (Machado *et al.*, 2024). A mobilização também foi essencial para a formulação e aprovação da Lei Estadual nº 18.336/2023, que autorizou o Poder Legislativo cearense a adquirir e distribuir insumos e equipamentos para as cozinhas comunitárias. Essa política foi pactuada diretamente com o presidente da Assembleia Legislativa em resposta às demandas da categoria, durante um almoço realizado em um dos equipamentos do território, em janeiro de 2023 (Machado *et al.*, 2024). Evidencia-se, assim, uma confluência prática e de forte impacto estrutural com as metas dos ODS 1 e ODS 2.

A composição da Rede de Cozinhas em 2025, por bairro, era a seguinte: (1) BOM JARDIM: Cozinha Social AMBJUNIDAS, Escola de Gastronomia Autossustentável (EGA), Cozinha Solidária e Criativa CRIART, Cozinha Comunitária COMPASA; (2) CANINDEZINHO: Cozinha Comunitária Vitória, Projeto Irmão Sol Irmã Lua, Instituto SOS Periferia; (3) GRANJA LISBOA: Cozinha São Miguel, Cozinha Cultura Solidária Omõrisà Odè, Cozinha Comunitária da Paróquia Santa Paula Frassinetti, Cozinha Comunitária Instituto Avivar, Cozinha Comunitária Bom Viver Brilhos Flores, Cozinha Humanitária Nossa Casa Mãe África, Cozinha Comunitária Palmares; (4) GRANJA PORTUGAL: Instituto Maria do Carmo (IMC), Cozinha Comunitária Queira o Bem, Cozinha Comunitária CUBMGP, Cozinha da Vovó; (5) SIQUEIRA: CPEC Pé no Chão, Cozinha Social ASCOPAN, Cozinha Comunitária da Comunidade Marrocos, Cozinha Solidária Ana Facó, Cozinha ASCABOMJA, Cozinha Comunitária Sete de Setembro. A Figura 3, a seguir, é ilustrativa da força, resiliência e diversidade que atravessa a composição da Rede de Cozinhas Comunitárias do GBJ (2022), na avaliação dos coautores deste artigo.

Figura 3 – Fotografia da Reunião Mensal da Rede de Cozinhas – 08/02/25



Fonte: Rede de Cozinhas Comunitárias do GBJ (2025).

Conforme exposto na Carta Pública da Rede de Cozinhas, datada de 2 de setembro de 2022, a articulação das cozinhas define-se para além da produção e distribuição de refeições:

Somos dezenas de cozinhas comunitárias. Trabalhamos em rede e afirmamos a solidariedade em nosso cotidiano. Nossos atos e palavras mostram quem nós somos. Para nós, a dignidade do ser humano é um valor central. Nossa prática cotidiana é resiliência e afirmação de amor ao próximo. Dia após dia, e vivenciando os maiores desafios e dificuldades, nós captamos insumos e parcerias, produzimos, preparamos e distribuímos alimentos.

Respeitamos uns aos outros, valorizamos a diversidade e entendemos as diferenças. Construímos consensos, formamos decisões coletivas e atuamos conjuntamente. Nossas cozinhas são espaços de convivência, interação e acolhimento. Somos uma rede de afetos e fortalecimento mútuo. Mobilizamos tradições, preservamos patrimônios e recriamos saberes e práticas. Inventamos estratégias e formas de organização e de atuação, compartilhamos saberes e fazemos da educação um processo continuado, intenso e valioso. Promovemos trocas e intercâmbios e cuidamos da população local e uns dos outros. Assim, somos autônomos, inventivos, pensantes e proativos. Promovemos a cidadania, lutamos por uma democracia ampliada e participativa e defendemos a vida e a saúde comunitária. Mais do que isso, produzimos conhecimentos significativos, apresentamos demandas e propostas concretas e demandamos a nossa participação na gestão de sistemas, de instituições e de políticas públicas.

Nós produzimos o Mapa Participativo de Enfrentamento à Fome do Grande Bom Jardim, que indica quais as quadras, as ruas e as comunidades estão mais vulneráveis à fome no Grande Bom Jardim, nesse momento. O Mapa do Enfrentamento à Fome também apre-

sentam as nossas recomendações, demandas e propostas. Por isso, perguntamos: o que farão os gestores, os legisladores e os magistrados diante dessas informações, recomendações, demandas e propostas? (Rede de Cozinhas Comunitárias do Grande Bom Jardim, 2022).

Cada Cozinha Comunitária vincula-se a uma instituição distinta, englobando organizações da sociedade civil, paróquias católicas, grupos religiosos neopentecostais, terreiros de umbanda, associações comunitárias e associação de catadores e catadoras de material reciclável. Várias dessas organizações popular-comunitárias têm décadas de existência e atuação, com algumas tendo sido criadas nos anos 1980 e 1990. Cada experiência associativa e organizativa enraíza-se em microterritórios específicos, relacionando-se diretamente com parcelas de pessoas, famílias e comunidades mais vulneráveis, que residem e/ou circulam no território, detendo uma continuidade de atuação atravessada pela vivência e lidando de modo teórico-prático e sequencial com um conjunto de situações problemáticas e momentos críticos. Assim, performam e evidenciam uma maleabilidade às diferentes conjunturas, moldando-se às necessidades sociais concretas mais urgentes e imediatas, buscando, ao mesmo tempo, afetar as políticas públicas e promover mudanças estruturais de médio e longo prazo (Oliveira, 2023). Nessa linha, cabe destacar a avaliação de Machado *et al.* (2024, p. 64):

É nítido o protagonismo político autônomo e inovador das cozinhas comunitárias do GBJ. Compondo um movimento popular-comunitário, constroem um modo democrático e popular-comunitário de fazer política, inclusive na relação com o Estado, promovendo um alargamento da democracia e gerando alternativas às práticas políticas patrimonialistas, clientelistas e elitistas, ainda fortes no país.

As cozinhas comunitárias do Grande Bom Jardim são tecnologias sociais, inventadas pela sociedade civil local, que produzem soluções pragmáticas e viáveis para enfrentar problemas graves e complexos, integrando agentes, processos, saberes-fazer, tradições, culturas alimentares e equipamentos. E, mais do que isso, gerando propostas para políticas públicas estruturantes nos territórios periféricos.

As cozinhas comunitárias são espaços de acolhimento, cuidado e proteção para as pessoas e famílias mais vulneráveis no território. Em contextos de grande vulnerabilidade social, muitas vezes com ausência ou precariedade da atuação estatal e múltiplas violências.

As cozinhas e os parceiros produzem dados científicos que fundamentam decisões políticas socialmente relevantes, evidenciando a importância das Universidades e de sua parceria com a sociedade, particularmente com agentes das periferias urbanas, da ciência, da extensão e da pesquisa.

Nessa Rede, convivem diferentes pessoas, grupos e instituições, com uma pluralidade de ideologias políticas e religiões – católicos, neopentecostais, espíritas e de religiões afrodescendentes e ameríndias muito presentes no território, como a umbanda, o Terecô, a Jurema, o Tambor de Mina e o Candomblé.

A CRIART, por exemplo, desenvolve ações focadas no empreendedorismo feminino popular-comunitário, periférico e sustentável, articulando a cozinha comunitária a iniciativas de qualificação profissional, conscientização política e redes de afeto. A experiência converte o preparo do alimento em uma arena de fortalecimento mútuo das mulheres, confluindo diretamente com o ODS 5 (Igualdade de Gênero). Já o Grupo Irmão Sol, Irmã Lua atua de forma intersetorial por meio de projetos de regularização fundiária, educacionais, artísticos e de promoção da saúde. Sendo atualmente uma das

principais referências no atendimento a pessoas em situação de rua em Fortaleza, o coletivo também preserva a cultura popular ao abrigar um dos grupos juninos mais vitoriosos do Ceará, tensionando as metas de combate à miséria (ODS 1). A esse ecossistema somam-se as trajetórias do Instituto Maria do Carmo e da Associação Espírita de Umbanda São Miguel, dentre várias outras, revelando como essas práticas associativas capilarizadas respondem de forma integral aos indicadores de desenvolvimento propostos pela Agenda 2030.

Cabe destacar o protagonismo da Associação Espírita de Umbanda São Miguel como entidade proponente e executora do Mapeamento Participativo de Terreiros da Regional Administrativa V de Fortaleza (<https://terreiros.org.br/relatorio-tecnico/>), em articulação com o Grupo Diálogos (Associação Espírita de Umbanda São Miguel, 2026). Essa ação de pesquisa-ação e extensão, que abrange quatro bairros do Grande Bom Jardim, mapeou criticamente 40 terreiros, construindo dados e análises sobre as trajetórias, memórias e patrimônios materiais e imateriais vinculados às diferentes linhagens religiosas do território. Ao salvaguardar os povos e comunidades tradicionais e combater o racismo religioso estrutural, a iniciativa consolida-se como uma tradução prática e urgente do ODS 18 (Igualdade Étnico-Racial) na periferia urbana.

No segundo semestre de 2025, a Rede de Cozinhas Comunitárias do GBJ e a Universidade Estadual do Ceará (Uece) – por mediação de sua Pró-Reitoria de Extensão (Proex) e do Grupo Diálogos – coconstruíram e assinaram um amplo acordo de cooperação técnica, científica e extensionista. Esse pacto estimula o desenvolvimento de ações conjuntas envolvendo as múltiplas cozinhas e os variados cursos de graduação, programas de pós-graduação e núcleos de extensão e pesquisa da universidade. Trata-se de um marco regulatório que qualifica a sustentabilidade dessas experiências coletivas e potencializa o alcance local das metas globais dos ODS.

A confluência orgânica entre o Comitê Popular de Enfrentamento à Covid-19, a Rede DLIS e a Rede de Cozinhas Comunitárias do GBJ – potencializada pela elaboração dos Mapas Participativos – evidencia a geração de sinergias profundas no combate à fome, na redução das desigualdades estruturais e na defesa intransigente da vida e do bem-estar. Longe de operarem isoladamente, essas iniciativas articulam de forma indissociável as lutas transversais por equidade de gênero e justiça étnico-racial, demonstrando um alinhamento nítido e simultâneo com os ODS 1, 2, 3, 4, 5, 10 e 18.

Os Mapas Participativos, como expressões máximas da indissociabilidade entre extensão e pesquisa, transcendem a mera cartografia ao converterem a construção de conhecimentos científicos em demandas e proposições concretas apresentadas aos agentes estatais. Esse processo retroalimenta a constituição de instâncias que funcionam como verdadeiras arenas públicas (Cefaï, 2009, 2017), a exemplo do Comitê Popular e das redes comunitárias locais (Almeida, 2014; Almeida; Freitas, 2021; Carlos, 2014; Machado, 2021; Machado; Faustino, 2018), dotando a dinâmica política de relevância estratégica e vitalidade tática para negociar com diferentes agentes da sociedade política.

Sob essa mesma perspectiva, de fortalecimento, autonomia e sustentabilidade institucional dos agentes locais, efetiva-se a série documental audiovisual² e a exposição Saberes, Sabores e Afetos: cozinhas comunitárias como tecnologias sociais³ (Narita, 2025). Associadas ao Ponto de Memória do GBJ, à Rede de Cozinhas e ao Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ), essas ações cumprem a função pública de reconhecer e preservar patrimônios imateriais do território. Ao salvaguardar registros de

² <https://www.instagram.com/grupo.dialogosurbanos/>; https://www.youtube.com/channel/UCuiR6fw_e-SGM0pNYSzsNCg

³ https://www.instagram.com/p/DQXahK7gW-T/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=NTc4MTIwNjQ2YQ==

memórias individuais e coletivas contra o esquecimento institucional, a extensão universitária cumpre um papel ético-político e acadêmico relevante, validando e dotando de visibilidade pública e permanência a potência criativa e os saberes das periferias urbanas.

A seguir, apresentam-se as considerações finais.

Considerações finais

Os agentes do GBJ aqui referidos situam-se, relacionam-se e atuam diretamente junto aos segmentos, famílias e comunidades mais vulnerabilizados da capital, em bairros historicamente posicionados entre as franjas mais empobrecidas da cidade. Essa práxis – onde a atuação extensionista tem lugar e relevância – consolida-se na interseção entre a ausência crônica do Estado, o monitoramento democrático-participativo de serviços e políticas públicas e a lida cotidiana com múltiplas violências e violações de direitos. Evidenciando uma dinâmica de resistência que constitui protagonismos e estabelece confluências práticas com balizas de desenvolvimento na Agenda 2030.

A análise aqui efetuada permite afirmar que a inserção territorial de agentes e instituições acadêmicas se articulou às diretrizes da política nacional de extensão e a ODS, evidenciando matrizes conceituais e experienciais significativas. O arranjo aqui evidenciado distancia-se de práticas pontuais ou assistencialistas, consolidando a extensão como um dispositivo político-pedagógico transformador. Além de se evidenciar como matrizes experienciais, tais referenciais – diretrizes da extensão e ODS –, foram operados como instrumentos sintético-analíticos importantes à sistematização e análise de evidências e indícios neste artigo.

Sob essa lente analítica, o texto evidenciou a centralidade diagnóstica da extensão frente às vulnerabilidades e injustiças cotidianas, associada à coconstrução intersubjetiva, pública e política de momentos críticos e situações problemáticas, articulando agentes acadêmicos e locais. Mais do que isso, vinculando-se a uma processualidade de ativação e reconstituição de expectativas e horizontes de sentido que impulsionam vínculos sociais, referências identitária, engajamentos, compromissos mútuos e coletivização das ações em arenas de disputa e cooperação, nesse sentido, retirando o enfrentamento simbólico-político e prático das opressões do escopo estrito do âmbito individual, privado ou familiar, contrapondo-se à aceitação passiva e à naturalização de violências e violações de direitos, deslocando-o para o âmbito do coletivo, do público e do político. Constituindo uma ferramenta analítica útil para apreender as características, relevância e implicações práticas das ações coconstruídas, como evidenciam Silva, Cotanda e Pereira (2017) e Carlos (2011).

Em suma, os dados empíricos e os indícios qualitativos reunidos confirmam o alinhamento das práticas analisadas, inclusas a construção de conhecimentos e a geração de demandas e recomendações com potência para afetar as relações de poder e as políticas públicas, aos seguintes objetivos de desenvolvimento da Agenda 2030: ODS 1 (Erradicação da Pobreza), ODS 2 (Fome Zero), ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), ODS 4 (Educação de Qualidade), ODS 5 (Igualdade de Gênero), ODS 10 (Redução das Desigualdades) e ODS 18 (Igualdade Étnico-Racial).

Nesse sentido, as ações fomentaram a construção da “resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade”, e fortaleceram o enfrentamento à “exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais” (Nações Unidas Brasil, 2015). As ações confluíram na luta para “acabar com a fome e

garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano” (Nações Unidas Brasil, 2015).

As ações adquirem ainda maior relevância quando confrontadas ao que apontam Silva *et al.* (2025, p. 5), a “ausência de uma alimentação digna e de qualidade mata lentamente, desnutre e faz adoecer, produzindo subjetividades impregnadas pelo sofrimento mental”. O alimento atua como um elo regulador essencial para o bem-estar, conectando o corpo humano aos sistemas complexos do ambiente (Marchioni, 2024). Sob esse viés, a privação nutricional crônica diagnosticada no território associa-se a riscos elevados de depressão, estresse, distúrbios do sono e ansiedade, além de apresentar estreita correlação epidemiológica com o desenvolvimento de diabetes tipo 2, sobrepeso, obesidade e outras Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) (Marchioni, 2024).

Cabe frisar também o enfrentamento teórico-prático das assimetrias de gênero e raça, com as ações dialogando com a “participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública” (Nações Unidas Brasil, 2015), convertendo cozinhas comunitárias como a da CRIART em espaços de convivência, formação política e fortalecimento do protagonismo feminino periférico. Do mesmo modo, a práxis extensionista foi parte da interpelação ao racismo estrutural e religioso por meio de dispositivos como o Memorial de Pai Neto, o Mapeamento Participativo de Terreiros e o curso “Racismo estrutural e democracia”, operando nas metas de equidade racial propostas pelo ODS 18.

Também se avalia que a inserção acadêmica orgânica foi decisiva para que agentes acadêmicos e popular-comunitários coconstruíssem o alinhamento da práxis extensionista e da mobilização política local ao ODS 4 (Educação de Qualidade). Esse esforço materializou-se tanto nos impactos da formação discente – mediante a renovação de disciplinas na graduação e na pós-graduação, a realização de eventos e o engajamento de bolsistas – quanto, de modo inovador, na defesa da inclusão acadêmica e epistêmica de Mestres e Mestras de Culturas Tradicionais e Populares nas Instituições Públicas de Educação Superior (IPES). Como membro fundador do Consórcio Nacional de Notório Saber, o Grupo Diálogos aprofundou seus vínculos com a Universidade Estadual do Ceará (Uece), instituição pioneira que completa dez anos de excelência na concessão desse título. Essa articulação ganha especial centralidade no Grande Bom Jardim, território que abriga o maior contingente de Mestres e Mestras formalmente reconhecidos pelo Governo do Estado e pela Uece na cidade de Fortaleza.

Para finalizar, ressaltam-se nove vetores teórico-práticos que emergem das ações extensionistas, adquirindo o caráter de mediações experienciais essenciais às confluências, alinhamentos e efeitos gerados em relação aos ODS e às diretrizes nacionais da extensão.

O primeiro vetor remete à relevância da extensão em associação indissociável com a pesquisa e o ensino, evidenciando o protagonismo das universidades no enfrentamento a questões concretas e pautas globais que afetam o Brasil – particularmente o estado do Ceará e a cidade de Fortaleza –, com foco nas comunidades e bairros mais vulnerabilizados. Aqui, cabe dialogar com a perspectiva contra-colonial de Antônio Bispo dos Santos (Nêgo Bispo), liderança quilombola que define a confluência como “um encontro entre seres, entre vidas que se movimentam dentro do mesmo cosmo. Que se movimentam com energias parecidas, e que quando se encontram ou até mesmo sem se encontrarem, se misturam” (Dorneles, 2021, p. 20). Ao mesmo tempo, operando uma crítica incisiva às estruturas hegemônicas que colonizam os saberes nas universidades, Bispo adverte:

As universidades, elas não buscam confluência. Elas buscam influência. E quando a gente chega na universidade tentando confluir, elas se esquivam. Elas tentam nos influir. A universidade não é um espaço de confluência, ela é um espaço de transfluência, então a universidade é uma fronteira entre o saber orgânico e o saber sintético. Nós não podemos atravessar a fronteira, temos que permanecer na fronteira, ou seja, junto, sem se misturar. Então é um lugar da gente se ajuntar, mas não um lugar para a gente se misturar. Então não dá para confluir, mas dá para dialogar, conversar, dá para transfluir. Até dá também para compartilhar saberes, mas não dá para confluir. Então digamos que pode ser um espaço de compartilhamento se a gente estiver preparado para isso (Dorneles, 2021, p. 24).

Considerando essa provocação radical, indiciam-se nas instituições de educação superior brasileiras nas últimas décadas a emergência de agentes e processos extensionistas que buscam precisamente redesenhar essas fronteiras epistêmicas, tensionando o saber sintético da academia a partir do reconhecimento e inclusão dos saberes orgânicos da periferia (Carvalho, 2016; Goulart, 2021; Nascimento; Martins, 2024).

O segundo vetor remete aos entrelaçamentos ou encruzilhamentos que geram sinergias e intersecções interinstitucionais que viabilizam o alinhamento simultâneo e em alguns casos complementar a diferentes metas de desenvolvimento. Esse fenômeno é nítido na atuação das cozinhas comunitárias, cujos arranjos são marcados por uma maleabilidade tática que se refaz conforme as exigências conjunturais do território. Nessa perspectiva, além das interlocuções e articulações envolverem múltiplos agentes e saberes, envolvem variadas ações, com a produção e distribuição de refeições ocorrendo de forma integrada ao reforço escolar, à arte-educação, à qualificação profissional e ao cuidado em saúde mental, em parcerias contínuas com a sociedade civil e o poder público. Emergem desse ecossistema formas associativas e práticas políticas constituídas na tensão criativa entre tradições e inovações, ativando horizontes de sentido compartilhados, engajamentos éticos e metodologias participativas que operam como potentes mediações experienciais.

O terceiro vetor associa-se a como essas instâncias constituem e reconstituem territorialidades em múltiplas escalas, incluindo as dimensões micro e nano. Em termos práticos, as dinâmicas afetam usos, acessos, mobilidades e posses da terra urbana no GBJ, através das territorialidades geradas – territórios áreas, territórios redes ou fluxos, em diferentes escalas –, gerando escapes, alternativas, contraposições e transcendências ao que vai se constituindo como hegemônico na produção social do espaço urbano. Nesse sentido, ao instituírem espacialidades de acolhimento, cuidado e segurança, em um contexto metropolitano conflagrado por violências criminais extremas, essas agencialidades impactam a produção social do espaço urbano e a reconstituição da própria sociedade.

O quarto vetor reside na articulação orgânica entre o enfrentamento imediato de situações problemáticas e a luta de longo prazo por mudanças sociais e por políticas públicas democráticas e estruturais, conforme observado na trajetória da Rede DLIS do GBJ e da Rede de Cozinhas. Aqui, os mapeamentos participativos e as oficinas de cartografia social funcionam como dispositivos de investigação reflexiva, dotando a extensão de uma centralidade diagnóstica capaz de transpor os limites do âmbito puramente individual, privado ou familiar para o debate e a atuação pública e política. Ao sistematizar conhecimentos, recomendações e relatórios técnicos capazes de incidir sobre as relações de poder, a aliança entre universidade e periferia recusa a naturalização de injustiças e violações de direitos, evidenciando a centralidade epistêmica, ética, política, geográfica e societal do protagonismo popular-comunitário periférico urbano.

O quinto vetor destaca o viés democrático das ações analisadas, manifestado em duas dimen-

ções complementares. Primeiramente, no desenho metodológico das ações por meio da cartografia social, da pesquisa-ação, da etnografia e da educação popular, dentre outras, consolidando uma assessoria acadêmica essencialmente dialógica e horizontalizada. Simultaneamente, se expressa no fortalecimento do protagonismo ético-político de agentes popular-comunitários, apoiando-os ao tensionar o Estado, pautar negociações, gerar dados científicos próprios e ocupar assentos em conferências e conselhos, afetando diretamente a alocação orçamentária e a execução de políticas públicas locais. Nesse sentido, a ação extensionista compôs um processo de democratização do conhecimento e da política, legitimando os moradores do Grande Bom Jardim não como públicos passivos, restritos a serem beneficiários de políticas públicas, mas como agentes extensionistas coconstrutores de saberes, práticas e processos fundamentais para o fortalecimento da cidadania e da democracia brasileira.

O sexto vetor reside na articulação continuada entre extensionistas-pesquisadores e comunidades, promovendo trocas horizontais de saberes e coconstruindo dados, análises e propostas, fortalecendo a interlocução com o Estado. Essa dinâmica materializa a diretriz de “Interação Dialógica” da Política Nacional de Extensão, a qual orienta o desenvolvimento de relações institucionais “marcadas pelo diálogo e troca de saberes, superando-se, assim, o discurso da hegemonia acadêmica e substituindo-o pela ideia de aliança com movimentos, setores e organizações sociais” (FORPROEX, 2012, p. 30). Transcende-se, desse modo, a velha concepção colonialista de que fazer extensão seria meramente estender à sociedade o conhecimento acumulado na universidade, afirmando-se uma práxis voltada à superação das desigualdades e à construção de uma sociabilidade mais justa.

O sétimo vetor envolve a efetivação da diretriz de “Impacto e Transformação Social”. As ações analisadas reafirmam a extensão como o mecanismo central de inter-relação das instituições de ensino superior com a sociedade civil, consolidando uma atuação transformadora “voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e propiciadora do desenvolvimento social e regional, assim como para o aprimoramento das políticas públicas” (FORPROEX, 2012, p. 35).

O oitavo vetor abrange a consolidação das diretrizes de “Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade” e de “Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão” (FORPROEX, 2012, p. 31-33). Ao mobilizar modelos conceituais e articular agentes oriundos de múltiplos campos do conhecimento e tecer alianças intersetoriais e interorganizacionais na periferia, o Grupo Diálogos legitima e reafirma a extensão universitária como um processo acadêmico orgânico e complexo, indissociável da produção teórica e da atuação prática de vanguarda.

O nono vetor, por fim, remete à diretriz de “Impacto na Formação do Estudante”, gerando aportes decisivos à trajetória acadêmica e humana dos discentes. O contato direto com as contradições sociais e urbanas e as grandes questões contemporâneas promoveu o “enriquecimento da experiência discente em termos teóricos e metodológicos, ao mesmo tempo em que abrem espaços para reafirmação e materialização dos compromissos éticos e solidários da Universidade Pública brasileira” (FORPROEX, 2012, p. 34).

Agradecimentos

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, à Unilab, à Universidade Estadual do Ceará (Uece), às instituições, entidades, instâncias, coletivos e lideranças do GBJ, aos diversos órgãos, gestores e técnicos estatais-governamentais, aos pareceristas e editores da revista e às revisoras do grupo Texto Certo Assessoria Linguística.

Referências

- ALMEIDA, A. P. **(Grande) Bom Jardim**: reterritorialização e política de representação à luz da nova pragmática. 2014. 282 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014. Disponível em: <https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=84666>. Acesso em: 24 abr. 2025.
- ALMEIDA, A. P. *et al.* **A pandemia da covid-19 no Grande Bom Jardim**: diálogo entre o mapa comunitário de pontos de aglomeração e de casos e os mapas da vigilância epidemiológica municipal de Fortaleza. Fortaleza: Grupo de Trabalho Intersetorial Participativo, 2021.
- ALMEIDA, A. P.; FREITAS, A. M. **Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim**: lutas e conquistas populares. Fortaleza: Rede DLIS, 2021.
- BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **VII Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2025-2029**. Brasília: CAPES, 2025. Disponível em: <Link Oficial do Documento>. Acesso em: 10 ago. 2026.
- BRASIL. Planalto. **Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na abertura da 78ª Assembleia da ONU**. Brasília, DF: Presidência da República, 19 set. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-da-78a-assembleia-da-onu>. Acesso em: 5 set. 2025.
- CABRAL, Raquel; GEHRE, Thiago (org.). **Guia Agenda 2030**: integrando ODS, educação e sociedade. São Paulo: Lucas Melara, 2020. *E-book*. Disponível em: <https://www.guiaagenda2030.org/>. Acesso em: 18 abr. 2026.
- CARLOS, C. A. F. **Invenções democráticas pela periferia**: a Rede Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim. 2014. 191 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/24242>. Acesso em: 24 abr. 2025.
- CARLOS, C. A. F. *et al.* **Informe DH**. Violações de direitos no contexto da pandemia da covid-19 na periferia de Fortaleza: o caso do Grande Bom Jardim. Fortaleza: CDVHS, 2020a. v. 1.
- CARLOS, C. A. F. *et al.* **Informe DH**. Violações de direitos no contexto da pandemia da covid-19 na periferia de Fortaleza: o caso do Grande Bom Jardim. Fortaleza: CDVHS, 2020b. v. 2.
- CARVALHO, J. J. Sobre o notório saber dos mestres tradicionais nas instituições de ensino superior e de pesquisa. **Cadernos de Inclusão**, Brasília, DF, n. 8, p. 1-13, jun. 2016. Disponível em: <https://www.saberes-tradicionais.org/publicacoes-de-mestras-e-mestres-sobre-o-notorio-saber-dos-mestres-tradicionais-nas-instituicoes-de-ensino-superior-e-de-pesquisa/>. Acesso em: 18 abr. 2026.
- CEARÁ. Secretaria da Saúde. **IntegraSUS**: Plataforma de transparência da saúde. Fortaleza: Sesa, 2026. Disponível em: <https://integrasus.saude.ce.gov.br/>. Acesso em: 18 abr. 2026.
- DORNELES, D. R. Palavras germinantes: entrevista com Nego Bispo. **Identidade!** São Leopoldo, v. 26, n. 1, p. 14-26, jan./dez. 2021. Disponível em: <https://revistas.est.edu.br/index.php/Identidade/article/view/1186>. Acesso em: 5 set. 2025.
- ESCOLA POPULAR DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS. **Defensores populares de direitos humanos**: curso. Redenção: UNILAB, 2021.

ESCOLA POPULAR DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS. **Racismo estrutural e democracia:** curso. Redenção: UNILAB, 2023.

FERREIRA, Olgamir Amancia. A integralização da extensão nos currículos de graduação e os ODS. In: CABRAL, Raquel; GEHRE, Thiago (org.). **Guia Agenda 2030:** integrando ODS, educação e sociedade. São Paulo: Lucas Melara, 2020. *E-book*. p. 10-11. Disponível em: <https://www.guiaagenda2030.org/>. Acesso em: 18 abr. 2026.

FORTALEZA. Secretaria Municipal da Saúde. **Dados Abertos - SMS**. Fortaleza: SMS, 2026. Disponível em: <https://dados.fortaleza.ce.gov.br/organization/sms>. Acesso em: 18 abr. 2026.

GOULART, B. Notório saber para os (as) mestres(as): caminhos para o reconhecimento institucional dos saberes tradicionais. **Revista Mundaú**, Maceió, n. especial, p. 144-167, dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.28998/rm.2021.n.especial.11002>. Acesso em: 24 abr. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010:** resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9663-censo-demografico-2010.html>. Acesso em: 18 abr. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022:** população e domicílios: primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22836-censo-2022.html?edicao=35938>. Acesso em: 18 abr. 2026.

MACHADO, E. G. Apresentação. In: ALMEIDA, A. P. A.; FREITAS, A. M. F. (org.). **Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim:** lutas e conquistas populares. Fortaleza: Rede DLIS, 2021. p. 9-11.

MACHADO, E. G. Desafios da intervenção acadêmica no planejamento urbano: diálogos sociológicos com a educação popular em Paulo Freire. In: OLIVEIRA, E. F. R.; GABARRA, L. O.; LOPES, L. P. (org.). **Construindo pontes:** Paulo Freire entre saberes, projetos e continentes. Fortaleza: EDUECE, 2018. p. 77-100.

MACHADO, E. G. Desigualdades e segregações socioespaciais em Fortaleza, Brasil: uma análise a partir da Praia do Futuro. **O Público e o Privado**, Fortaleza, v. 15, n. 30, p. 179-208, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/2152>. Acesso em: 06 set. 2025.

MACHADO, E. G. Extensão, formação e atuação docente: reflexões a partir da UNILAB. In: CARVALHO, S. M. G.; NASCIMENTO, M. A. G.; SILVA, L. V. (org.). **O papel da extensão universitária na construção da docência**. Fortaleza: EDUECE, 2024. p. 71-95.

MACHADO, E. G. *et al.* Cozinhas comunitárias do Grande Bom Jardim e a democracia. In: COSTA, M. C. L.; PEQUENO, L. R. B.; PEREIRA, A. Q. (org.). **Fortaleza**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2024. p. 60-65.

MACHADO, E. G. *et al.* Direito à cidade e movimento popular-comunitário no século XXI: questões teórico-empíricas a partir do caso do Grande Bom Jardim, Fortaleza, Ceará. In: PEREIRA, A. Q.; COSTA, M. C. L. (org.). **Reforma urbana e direito à cidade**. Fortaleza. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022b. p. 133-156.

MACHADO, E. G. *et al.* **Mapa participativo da covid-19 no Grande Bom Jardim:** leitura comunitária de pontos de aglomeração e de casos? Fortaleza: Grupo de Trabalho Intersetorial Participativo, 2021a.

MACHADO, E. G. *et al.* **Mapa participativo de enfrentamento à fome do Grande Bom Jardim:** relatório. Fortaleza: CDVHS, 2022a.

MACHADO, E. G. *et al.* Observação participante, educação popular e pesquisa-ação no Grande Bom Jardim. In: SILVA, G. C.; OLIVEIRA, E. R. (org.). **Experiências em ensino, pesquisa e extensão na UNILAB: caminhos e perspectivas**. Fortaleza: IMPRECE, 2018. p. 383-405.

MACHADO, E. G. *et al.* Os caminhos da extensão em uma universidade internacionalizada no nordeste brasileiro: o caso dos Diálogos Urbanos na UNILAB. In: MONTEIRO, A. O. C.; LIMA, I. C. (org.). **UNILAB 10 anos: experiência, desafios e perspectivas de uma Universidade Internacional com a África e Timor-Leste no interior da Bahia e Ceará**. Fortaleza: IMPRECE, 2021b. p. 224-235.

MACHADO, E. G.; FAUSTINO, A. E. R. **Perfil da Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim (Rede DLIS do GBJ)**. Relatório Final de Pesquisa. Redenção: UNILAB, 2018.

MACHADO, E. G.; PEREIRA, A. Q. Periferias urbanas, redes locais e movimentos sociais em Fortaleza, Ceará. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 40, p. 1-27, maio 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/bgg.v40i01.62358>. Acesso em: 24 abr. 2025.

MARCHIONI, D. M. L. Segurança alimentar e saúde: a necessidade da transformação dos sistemas alimentares. **Diálogos Socioambientais**, São Bernardo do Campo, v. 7, n. 18, p. 26-29, maio 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufabc.edu.br/index.php/dialogossocioambientais/article/view/487>. Acesso em: 05 set. 2025.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Brasília, DF: ONU Brasil, 2025. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 05 set. 2025.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, DF: ONU Brasil, 2015.

NARITA, S. **Curso “Racismo estrutural e democracia” fomentará práticas educacionais antirracistas em escolas do Grande Bom Jardim**. Redenção: UNILAB, 02 jun. 2023. Disponível em: <https://unilab.edu.br/2023/06/02/curso-racismo-estrutural-e-democracia-fomentara-praticas-educacionais-antirracistas-em-escolas-do-grande-bom-jardim/>. Acesso em: 05 set. 2025.

NARITA, S. **Projeto de extensão lança série audiovisual sobre cozinhas comunitárias do Grande Bom Jardim (CE)**. Redenção: UNILAB, 26 jun. 2025. Disponível em: <https://unilab.edu.br/2025/06/26/projeto-de-extensao-lanca-serie-audiovisual-sobre-cozinhas-comunitarias-do-grande-bom-jardim-ce/>. Acesso em: 05 set. 2025.

NASCIMENTO, R. C. C.; MARTINS, R. A. Notório saber: a emergência epistêmica popular e a inclusão de saberes tradicionais nas instituições de ensino superior. **Revista Sul-Sul de Ciências Sociais e Humanas**, Ouro Preto, v. 5, n. 1, p. 220-241, jun. 2024. Disponível em: <https://revistas.ufob.edu.br/index.php/revistasul-sul/article/view/1036/1192>. Acesso em: 10 fev. 2025.

OLIVEIRA, S. **Rede de cozinhas mobiliza entidades e poder legislativo para cobrar implementação de políticas públicas de enfrentamento à fome**. Fortaleza: CDVHS, 16 ago. 2023. Disponível em: <https://cdvhs.org.br/sem-categoria/rede-de-cozinhas-mobiliza-entidades-e-poder-legislativo-para-cobrar-implementacao-de-politicas-publicas-de-enfrentamento-a-fome/>. Acesso em: 05 set. 2025.

REDE DE COZINHAS COMUNITÁRIAS DO GRANDE BOM JARDIM. **Carta da Rede de Cozinhas Comunitárias do Grande Bom Jardim**. Fortaleza: CDVHS, 2022.

REDE DE COZINHAS COMUNITÁRIAS DO GRANDE BOM JARDIM. **Encontro de fevereiro de 2025:** Rede de Cozinhas aprova regimento interno e se posiciona sobre Programa Estadual. Fortaleza: Rede de Cozinhas Comunitárias do GBJ, 8 fev. 2025. Disponível em: <https://cozinhascomunitariasgbj.org.br/encontro-de-fevereiro-de-2025-rede-de-cozinhas-aprova-regimento-interno-e-se-posiciona-sobre-programa-estadual/>. Acesso em: 05 set. 2025.

SILVA, G. A. S. *et al.* Experiência no curso racismo estrutural e democracia: a busca pela superação do racismo em escolas de Fortaleza (Ceará). **Extensão em Debate**, Maceió, v. 14, n. 22, p. 1-12, ago. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.28998/rexd.v22.17840>. Acesso em: 05 set. 2025.

UMBANDA SÃO MIGUEL. **O axé da Regional 5 vem sendo mapeado com respeito, escuta e ancestralidade!** Fortaleza, 9 jul. 2025. Instagram: @umbandasaomiguel. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DL5wYWRJkAu/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA==>). Acesso em: 24 abr. 2025.